

- Comissão de Finanças da Câmara debate Equidade Tributária;

Comissão de Finanças da Câmara discute Equidade Tributária

Hoje a Comissão Finanças e Tributação – CFT – realizou nova audiência pública, na Câmara, para discutir a reforma tributária com o tema “Equidade do Sistema Tributário”. Presentes à sessão os Srs. Cláudio Hamilton M. dos Santos, representando o IPEA, Bruno Quick, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE Nacional e Arthur Henrique da Silva Santos, presidente da CUT. Foram abordados temas como tributação incidente sobre renda, bens e serviços, patrimônio e folha de pagamentos, crescimento do setor empresarial.

O representante do IPEA salientou o dualismo do sistema tributário nacional no que se refere à arrecadação dos tributos propriamente ditos e as contribuições sociais. Baseado em números apurados pelo próprio Instituto salientou que a carga tributária nacional é em média de 34,5% do PIB e dentro de um panorama geral têm-se que o sistema tributário brasileiro é injusto – retorno social baixo -, regressivo, pois os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos, e mal distribuído, dado que o pacto federativo é inadequado em relação às suas competências tributárias, responsabilidades e territorialidades. Apresentou, dentre as propostas de reforma tributária, a simplificação da tributação sobre bens e serviços e novas regras de distribuição dos recursos públicos entre os entes federados.

Bruno Quick do SEBRAE Nacional fez uma abordagem do sistema tributário voltado para a microempresa, pequena empresa e empreendedor individual – ME, EPP e EI, respectivamente. Ao tratar do tema trouxe uma questão crucial: “como um país que tem 99% da organização empresarial baseada em MEs, EPPs e EIs, uma maioria, pode representar uma minoria sob o ponto de vista econômico?” A capacidade contributiva deve ser observada sobre todos os ângulos, um regime sem traumas e para isso a correta aplicação do SIMPLES Nacional se faz essencial. Fatores como bitributação, cobranças distorcidas do diferencial de alíquota, não geração de crédito, substituição tributária indiscriminada, dentre outros, prejudicam o sistema outrora fundado e impossibilitam o crescimento da arrecadação tributária do setor. Em verdade, a tributação direta incidente sobre o setor não proporciona aumento arrecadatório. Pelo contrário, a forma mais inteligente de tributar as MEs, EPPs e EIs, é de maneira indireta com conseqüente crescimento.

Para o representante do SEBRAE, dentre as possíveis soluções para o crescimento concomitante da arrecadação e do empreendedorismo nacional

panel

■ Riscos do Processo de Desindustrialização

De iniciativa dos Senadores Luiz Henrique (PMDB/SC) e Armando Monteiro (PTB/PE) a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou em reunião de hoje, requerimento para realização de Audiência Pública com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real, com a presença dos seguintes convidados:

- ✓ **Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;**
- ✓ Aginaldo Diniz Filho, Presidente Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção - Abit;
- ✓ Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq;
- ✓ Erenice Cabral, Presidente da Conaccovest; e
- ✓ José Roberto Mendonça de Barros, economista.

deve-se ampliar o alcance do SIMPLES NACIONAL, adotar a substituição tributária de forma seletiva para o ICMS – questão já abordada em outros painéis -, restaurar a competitividade da economia nacional, acabar com as “aduanas interestaduais”.

Já o enfoque dado pelo Presidente da CUT, Arthur Henrique, foi baseado na estruturação do sistema tributário, observada a complexidade do emaranhado de leis e normatizações esparsas, a guerra fiscal com visível prejuízo para o país, a ausência de contrapartidas sociais quando da redução de impostos e a desoneração da folha de pagamentos acompanhada de garantias de recursos para a seguridade social. A CUT, visto os debates sobre a latente reforma tributária, definiu um conjunto de propostas a serem apresentadas à sociedade, ao Legislativo e ao Executivo tendo como lastro que a progressividade é o caminho para a justiça tributária, porque o tributo, segundo o palestrante, “é o preço da cidadania”.

O último painel do ciclo será realizado na próxima quinta-feira, 18/05/11 às 09:30, com o tema “Tributação e Competitividade”.